

Entrevista - Pedro Coelho Neto

O presidente da Fenacon analisa a nova tabela do imposto de renda, que entra em vigor a partir de 2003. Para Pedro Coelho, a medida vai aumentar os impostos ainda mais. (Página 8)



Editorial	Pág. 2
Cartas	Pág. 2
Notas	Pág. 10
Livros	Pág. 12



JORNAL DO CFC

ANO 5, Nº 46 - FEVEREIRO DE 2002

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Conselheiros e diretoria do CFC tomam posse dia 20

Os conselheiros e a nova diretoria do Conselho Federal de Contabilidade tomam posse oficialmente no dia 20 de fevereiro. A solenidade será realizada no Memorial JK, em Brasília.

Os conselheiros eleitos em novembro de 2001 assumiram os seus cargos em reunião extraordinária do CFC, realizada no dia 4 de janeiro deste ano. Na mesma sessão, foram eleitos os novos membros da Diretoria e das Câmaras do CFC. A chapa vencedora da eleição obteve os votos dos 15 conselheiros eleitos em 2001.

Os novos conselheiros e a nova diretoria do CFC já estão trabalhando. O calendário de atividades do CFC deste ano de 2002 já foi aprovado e tem como destaque o mês de fevereiro. No dia 19, em Brasília, serão realizados o Seminário para Dirigentes do Sistema CFC/CRCs, o Seminário de Registro e Fiscalização, a Reunião de Presidentes do Sistema CFC/CRCs com a presença de diretores executivos dos CRCs e a posse da nova diretoria da Fundação Brasileira de Contabilidade.

No dia 20, além da Reunião do FIDES, da Reunião de Diretores e da Reunião com as Entidades Contábeis, haverá também reuniões com presidentes de CRCs de todas as regiões brasileiras. (Página 6 e 7).

EXAME DE SUFICIÊNCIA



Veja as novidades da Comissão de Elaboração de Provas em matéria na página 3

REGIONAIS COM NOVAS SEDES EM AL E SC



O atual presidente do CFC, Alcedino Gomes Barbosa; o vice-presidente, José Martonio Alves Coelho; e a então presidente do CRCAL, Maria Clara Cavalcante Bugarim, durante a inauguração da nova sede do Conselho Regional de Alagoas. (Página 5)

CRESCER ADESÃO AO PROGRAMA DE GESTÃO FISCAL

Em todo o País, já são mais de 1100 as prefeituras que aderiram ao Programa de Gestão Fiscal Responsável implantado pelo Sistema CFC/CRCs no ano passado.

Este número representa 1/5 do total de prefeituras brasileiras. Ainda neste ano, após avaliação que está sendo feita por especialistas do CFC, será divulgada a relação dos gestores públicos que irão receber o Certificado de Gestão Fiscal Responsável.

O Certificado tem o objetivo de premiar as prefeituras que melhor



aplicaram a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mais detalhes sobre o assunto, na página 11.

A cidade chinesa de Hong Kong vai sediar o XVI Congresso Mundial de Contadores/2002. É a primeira vez que o encontro é realizado em território chinês. O encontro está previsto para começar no dia 18 de novembro e está sendo organizado pelo IFAC. O tema do encontro será "A economia baseada no conhecimento e o Contador". (Página 5)

Leia ainda:

- O CRCPE ganhou na Justiça o direito de ter acesso a documentos de uma empresa que havia proibido a entrada de seus fiscais. (Página 5)
- O CFC contesta a Medida Provisória que permite ao leigo ingressar na carreira de Analista de Finanças. (Página 5)
- Em artigo especial, o professor Antônio Lopes de Sá diz que a aptidão deve ser exercida em toda a sua plenitude. (Página 4)

CFC EDITORIAL

Conto com a colaboração de todos

> Alcedino Gomes Barbosa (*)

É um prazer e uma grande honra ocupar este espaço no **Jornal do CFC**. Já que o contato direto com toda a Classe Contábil é humanamente impossível (somos cerca de 330 mil profissionais), o **Jornal do CFC** se constitui em importante ferramenta para mantê-los informados das nossas realizações e dos assuntos que interessam à categoria.

Estamos iniciando uma jornada, e tenho total consciência que não conseguiria levá-la a cabo, a bom termo, sem a ajuda de todos. Essa é a tônica da nossa gestão: o “nós” deve sempre prevalecer sobre o “eu”. E, assim como em todos os projetos que estão em andamento ou que ainda serão iniciados, contamos com a participação dos Contabilistas também aqui, no **Jornal do CFC**, que sempre estará a serviço de todo o sistema contábil brasileiro.

Neste primeiro número sob a nossa gestão, gostaríamos de destacar a reportagem sobre as alterações nas normas do Exame de Suficiência. A Resolução CFC nº 853/99 foi alterada pela Resolução CFC nº 928/02, aprovada na primeira reunião plenária deste ano. Todas as mudanças que aprimoram a coordenação e a elaboração das provas são detalhadas na reportagem. Estamos nos preparando para a realização do 5º Exame de Suficiência. Nos quatro Exames realizados até agora, atingimos a marca de 45.328 Contabilistas inscritos.

Outro assunto de destaque é a entrevista com o presidente da



Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Informações e Pesquisas (Fenacon), Pedro Coelho Neto. Em um depoimento esclarecedor, ele explica por que o contribuinte, mais uma vez, pagará a conta com a decisão do Governo de implantar, por meio de medida provisória, a correção de 17,5% na tabela do Imposto de Renda.

O presidente da Fenacon faz, ainda, duras críticas ao modelo tributário brasileiro, que sacrifica tanto as pessoas físicas quanto as empresas. Ele defende, ainda, uma reforma tributária que permita aumentar a base de contribuintes e reduzir a carga de impostos e a burocracia, diminuindo, assim, o chamado Custo-Brasil.

É isso, temas interessantes não faltam. Desejo a todos uma ótima leitura.

*é presidente do CFC

CFC CARTAS

CUMPRIMENTOS

“Senhor Presidente, em meu nome e em nome dos Contabilistas de minha região venho cumprimentá-lo por ocasião da posse no novo cargo de Presidente do CFC, com a certeza de que foi conquistado por merecimento, fruto de esforço e dedicação à Classe Contábil do Brasil. Desejo-lhe muito sucesso nesta gestão”.

Célio Silva Neves
Delegado Seccional do CRCMG
Campo Belo – MG

“Senhor Presidente, queremos parabenizar V.Sª. e demais membros componentes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) pela conquista e desejar sucesso no biênio de 2002/2003. Colocando a FECAP ao inteiro dispor de V. Sª. e formulando os votos de profícua e sábia gestão a todos os empossados, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração”.

José Joaquim Boarin
Diretor Institucional da FECAP
São Paulo – SP

DESPEDIDA

“Gerir uma entidade: que função gratificante! Trago aqui a satisfação do

Este espaço pertence aos leitores do **Jornal do CFC**. É por meio dele que será feita a interação entre a vontade do leitor e os editores do **Jornal**. Para incentivar este diálogo, cartas, opiniões, sugestões e pedidos serão bem-vindos. Os editores.

Conselho Federal de Contabilidade – SAS - Quadra 5 - Bloco J - Ed. CFC
Tel: (61) 314-9600 - Fax: (61) 226-6547 – Cep 70070-920 - Brasília-DF
e-mail: comsocial@cfc.org.br

dever cumprido e a maravilhosa convivência com pessoas de todos os recantos deste País. Aprendemos muito e criamos laços de amizades firmes e duradouras, pois os cargos passam, mas os verdadeiros amigos permanecem. Procure ser o melhor! Busque seu objetivo e ocupe seu espaço, faça parte de qualquer entidade de sua classe, participe e realize!”

José Jassuipi da Silva Morais
João Pessoa – PB

INCENTIVO A LRF

“Quero parabenizar o Conselho Federal de Contabilidade pela ênfase dada à divulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal em todos os quadrantes deste País. Infelizmente, o cotidiano das Prefeituras brasileiras é uma lástima. Muitos gestores não têm capacidade de discernir o caminho fiscal e tributário a ser percorrido. Sabemos que este caminho é doloroso, mas pode ser muito melhorado com a aplicação da LRF.

Tenho certeza que o CFC vai continuar divulgando a prática da LRF.

Parabéns pelo trabalho de divulgação da Lei feito até agora. Tomara que os prefeitos do Brasil aceitem os novos parâmetros da LRF.”

Jorge Luiz Santana
Contabilista - Santo Amaro - BA

CFC EXPEDIENTE

JORNAL DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC
BRASÍLIA - DF
ANO 5 - NÚMERO 46 - FEVEREIRO DE 2002

Plenário do CFC

Presidente

Alcedino Gomes Barbosa

Vice-presidente de Administração

Sergio Faraco

Vice-presidente Operacional

José Martonio Alves Coelho

Vice-presidente de Controle Interno

Raimundo Neto de Carvalho

Vice-presidente de Registro e Fiscalização

Dorgival Benjoi da Silva

Vice-presidente Técnico

Irineu De Mula

Conselheiros Efetivos

Contador Alcedino Gomes Barbosa
Contador Antônio Carlos Dóro
Contador Dorgival Benjoi da Silva
Contador Irineu De Mula
Contador José Justino Perini Colledan
Contador José Martonio Alves Coelho
Contador Raimundo Neto de Carvalho
Contador Sudário de Aguiar Cunha
Contador Sergio Faraco
Contador Washington Maia Fernandes
Téc. Cont. Bernardo Rodrigues de Souza
Téc. Cont. Miguel Ângelo Martins Lara
Téc. Cont. Paulo Viana Nunes
Téc. Cont. Waldemar Ponte Dura
Téc. Cont. Mauro Manoel Nóbrega

Conselheiros Suplentes

Contador Antonio Augusto de Sá Colares
Contador Delmiro da Silva Moreira
Contadora Eulália das Neves Ferreira
Contador José Antonio de Godoy
Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim
Contadora Maria do Socorro Bezerra Mateus
Contador Pedro Nunes Ferraz da Silva
Contador Roberto Carlos Fernandes Dias
Contador Solindo Medeiros e Silva
Contadora Verônica Cunha de Souto Maior
Téc. Cont. Albino Luiz Sella
Téc. Cont. Edeno Teodoro Tostes
Téc. Cont. Francinês Maria Nobre Souza
Téc. Cont. José Augusto Costa Sobrinho
Téc. Cont. Windson Luiz da Silva

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC
TEL: (61) 314-9600 - FAX: (61) 322-2033
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF
Endereço eletrônico: www.cfc.org.br
e-mail: cfc@cfc.org.br

JORNAL DO CFC

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Marilda Bezerra
JORNALISTA RESPONSÁVEL: Marcio W. Varela -
MTb 108/2/20
PROJETO GRÁFICO: Anagraphia Design
e-mail: comsocial@cfc.org.br
Brasília-DF
Ano 5 - Número 46
Fevereiro de 2002
Tiragem: 64.000 exemplares

CFC EXAME DE SUFICIÊNCIA**Mudanças aprimoram coordenação e elaboração das provas a partir deste ano**

Com o aumento, cada vez maior, do número de inscritos, o Exame de Suficiência modernizou a elaboração, a aplicação e a correção das provas, e simplificou os métodos implantados ainda na primeira prova. Há dois anos, no primeiro Exame, 3.583 candidatos se inscreveram em todo o País; em setembro de 2001, o número de candidatos foi cinco vezes maior, chegando aos 17.227 recém-formados.

Um número maior ainda de candidatos é esperado para o primeiro Exame de 2002, marcado para o dia 14 de abril; a segunda prova também já tem data marcada: 29 de setembro. Para quem ainda não sabe, as inscrições já estão abertas desde a data da publicação do edital único do CFC, dia 8 de janeiro. Os candidatos poderão se inscrever nos respectivos CRCs até o dia 5 de março. Assim que forem concluídos os procedimentos do primeiro Exame, automaticamente estarão abertas as inscrições para a segunda prova, em setembro.

AS MUDANÇAS NO EXAME

O edital único para o Exame de Suficiência é uma das novidades do



Comissão discute as mudanças do Exame de Suficiência deste ano

Conselho Federal de Contabilidade para este ano. A outra mudança, de acordo com a Resolução CFC nº 928/02, transfere a função de correção das provas do Exame de Suficiência para o CFC, em Brasília. As Comissões de Aplicação de Provas, nos CRCs, permanecem. Foram mantidas as Comissões de Coordenação e de Elaboração de Provas, instituídas pelas Portarias CFC nºs 01 e 02/02.

O coordenador da Comissão de Coordenação do Exame de Suficiência, o vice-presidente Operacional José Martonio Alves Coelho, enfatizou a importância da qualidade das provas; daí a responsabilidade da comissão na análise e seleção das questões.

CUSTOS E LEGISLAÇÃO

As maiores dificuldades encontradas

pelos recém-formados nas provas do Exame de Suficiência relacionam-se às matérias de Custos e de Legislação. “Muitos cursos ainda não inseriram matérias sobre Legislação nos seus currículos. É preciso que haja conscientização sobre a necessidade de adequar os currículos dos cursos às exigências do mercado de trabalho”, explica o Contador.

Inscrições para o Exame de Suficiência abertas até o dia 5 de março.

Para ele, o grau de dificuldade do Exame, hoje, é regular, e deve ser mantido assim neste ano. A proposta é aprovar os estudantes recém-formados que tenham o conhecimento mínimo exigido.

Cabe à Comissão de Elaboração de Provas analisar e selecionar as questões que irão compor as provas do Exame de Suficiência, que serão submetidas, para a decisão final, à Comissão de Coordenação de Provas.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO EXAME DE SUFICIÊNCIA

A Portaria CFC nº 01/02, assinada no dia 8 de janeiro, nomeou como membros efetivos da Comissão de Coordenação do Exame de Suficiência os Contadores: José Martonio Alves

Coelho (coordenador), Irineu De Mula, Dorgival Benjaino da Silva, Raimundo Neto de Carvalho, Sergio Faraco e o Técnico em Contabilidade Paulo Viana Nunes.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE PROVAS

A Portaria CFC nº 02/02, de 8 de janeiro, nomeou como membros efetivos da Comissão de Elaboração de Provas os Contadores Sudário de Aguiar Cunha (coordenador), Edson

Cândido Pinto, Oscar Lopes da Silva, Carlos Henrique do Nascimento, José Nilton Junckes, Jovane Zago e o Técnico em Contabilidade José Wilson Alves Coelho.

CFC EXAME DE SUFICIÊNCIA - EDITAL Nº 01 DE 4 DE JANEIRO DE 2002

O Conselho Federal de Contabilidade, conforme Resolução CFC nº 853/99, alterada pela Resolução CFC nº 928/02, torna pública a abertura de inscrições e as normas estabelecidas pelo Plenário para a realização do quinto e do sexto (V e VI) Exame de Suficiência Profissional, como um dos requisitos para a obtenção de registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O exame visa comprovar a posse de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no Curso de Técnico em Contabilidade e no Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, mediante prova diferenciada para cada uma das categorias.

2. DA INSCRIÇÃO

A inscrição será procedida pelos candidatos ou por seus procuradores, nas sedes dos Conselhos Regionais de Contabilidade, ou nos locais por estes indicados, no horário de seus expedientes, no período de 10 de janeiro de 2002 a 5 de março de 2002 para o 5º exame e de 15 de abril de 2002 a 16 de agosto de 2002 para o 6º exame, mediante pagamento de uma taxa de valor equivalente a R\$ 33,00 (trinta e três reais) e preenchimento de formulário específico.

3. DA APLICAÇÃO DA PROVA

As provas serão aplicadas no dia 14 de abril de 2002 (domingo), 5º exame, e 29 de setembro de 2002 (domingo), 6º exame, das 9 às 12 horas (horário de Brasília), simultaneamente em todo o território nacional, nos locais previamente divulgados pelos Conselhos Regionais.

4. DA PROVA

A prova consiste em 50 (cinquenta) questões objetivas, numeradas de 1 a 50, valendo 2 (dois) pontos cada uma, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento: a) Técnico em Contabilidade: Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Noções de Direito Público e Privado, Legislação e Ética Profissional, Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, Português, Matemática Comercial e Financeira; Contador: Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Pública, Teoria da Contabilidade, Contabilidade Gerencial, Auditoria Contábil, Perícia Contábil, Noções de Direito Público e Privado, Legislação e Ética Profissional, Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade,

Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos do País, Português e Matemática Financeira.

5. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Será aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total dos pontos, sendo a lista dos aprovados publicada pelos Conselhos Regionais.

6 - DA ÍNTEGRA DO EDITAL

O presente Edital, em sua íntegra, encontra-se disponível nas sedes dos Conselhos Regionais de Contabilidade e será entregue ao candidato no ato de sua inscrição.

Alcedino Gomes Barbosa
Presidente

CFC ARTIGO

A aptidão deve ser exercida em toda a sua plenitude, para se chegar à eficácia

> Antônio Lopes de Sá (*)

Ser útil aos nossos semelhantes é ser útil a si mesmo. Nossa competência em atender ao que de nós se espera e ao que esperamos de nós mesmos é o que nos atribui valor na vida.

A aptidão, como tal habilidade, pode nascer conosco ou podemos conquistá-la por muitos meios, principalmente os educacionais.

É a capacidade que deflui de conhecimentos adquiridos pela observação, informação comum, cultura e experiência, que nos habilita a realizar tarefas de boa qualidade.

Alguns, naturalmente já possuem as vocações para determinados ramos do saber, mas, em outros, só o tempo e a cultura é que os fazem construir a fama.

O eficaz consegue satisfazer a necessidade que terceiros possam ter relativas a trabalhos, coisas, esperanças, opiniões e orientações.

É nesse limite que se confina a aptidão no campo da Ética e no qual pode encontrar sempre um veículo para o êxito. O sucesso sorri aos aptos.

Estudando na mesma escola, freqüentando o mesmo ambiente, filhos dos mesmos pais podem ter destinos diferentes em relação ao conceito de competência que possam construir.

Isso porque não basta conhecer, nem ter habilidade, sendo necessário saber como aplicar na hora oportuna cada uma dessas coisas. Alguém pode decorar um dicionário, todo um livro de Gramática e não saber escrever uma carta.

Existe, todavia, algo que distingue os seres no que tange à manifestação das tendências para a capacidade de realizar e criar.

Alguns já nos verdes anos são aptos no que se dedicam.

A isto podemos chamar “aptidão originária” do ser.

Mozart (1756 – 1791), na infância já era um compositor e Lavoisier (1743 – 1794) aos 27 anos já era admitido na Academia de Ciências da França.

O referido compositor seguiu sua vocação e, apesar de uma vida curta, produziu mais de 600 músicas e o francês notável acabou por receber a denominação de “Pai da Química Moderna”. Nasceram e continuaram sendo capazes.

Outros fazem-se geniais em coisas que depois sequer se interessam por elas e seguem outros caminhos. Assim

sucedeu a Sigmund Freud, que na realidade foi o iniciador da descoberta da anestesia, em 1884, mas que se notabilizaria não por isto, mas, sim, pela psicanálise.

Quando ainda tinha menos que 30 anos, trabalhando como interno no

A vitória sobre um dos maiores problemas da cirurgia derivou-se, pois, de dois seres aptos, mas, de notoriedades distintas no campo da ciência.

Se por um lado Freud perdeu a oportunidade de ser consagrado como

abrangente se dá o nome de “genialidade”.

Admito que cada pessoa tem a sua missão determinada na grande obra do universo, em cada tempo, em cada espaço. Entendo que as aptidões doadas pelo Criador, aquelas com as quais nascemos, sejam as que definem o que nos será cobrado.

Ou, ainda, admito que a nossa inteligência, como um terminal de computador, está ligada a uma Inteligência Infinita. Ao nascer, já recebemos habilidades e vocações que nos são doadas e que representam a parte do destino que devemos cumprir.

Tornei-me um escritor, com milhares de trabalhos editados, em diversos países, mas nunca isto me enaideceu, porque recebi esta capacidade sem que nada fizesse para conquistá-la; aos oito anos de idade, já escrevia o meu primeiro livrinho. Muito pelo contrário, fiz desta aptidão um compromisso, um dever perante os meus semelhantes.

Muitas das coisas que em nós são inatas, todavia, necessitam de educação para que possam deveras atender melhor às necessidades de nossos semelhantes e as nossas próprias.

Não basta, por exemplo, ter o dom de escrever, sendo necessário que o que se produza tenha deveras qualidade. Grande é a responsabilidade de quem transmite pensamentos e ela aumenta na medida em que se ganha o crédito perante terceiros.

Não basta, pois, a habilidade inata, nem a relativa que se adquire, sendo necessário que se exerça a aptidão em toda a plenitude para que deveras se consiga a eficácia. Se a perfeição é entendida como inatingível por muitos pensadores, acredito, firmemente, que a “meta da perfeição” é algo alcançável.

A preocupação com a qualidade da utilidade, com a quantidade do que produzimos, compatibiliza-se na perseverança diante do acerto na oferta da aptidão, quer nata, quer conquistada na vida por meio da cultura e pela experiência. Aceitar a aptidão menos como vaidade e mais como um dever ético é exercer a virtude e facilitar a obtenção do êxito próprio.

***é Contador, professor, escritor, presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis**



Hospital Geral de Viena, estudou as propriedades anestésicas da cocaína e, percebendo o entorpecimento que ela causava na língua, afirmou que tal droga poderia ser utilizada em operações cirúrgicas.

Tendo abandonado, todavia, por dois anos, a descoberta, para empreender uma longa viagem, perdeu a oportunidade de consagrar-se como o inventor da aplicação do entorpecente.

Koller, um outro estudante que lera as observações de Freud, apresentou ao Congresso Oftalmológico de Heidelberg uma tese sobre a aplicação do anestésico, conquistando a fama de tal fato decorrente.

o inventor da anestesia, por outro, possuindo rara índole científica, viria a revolucionar o campo das ciências da mente.

Na verdade, ele sempre se destacou, desde a tenra idade, como capaz em todas as matérias do ginásio que cursou, a ponto de muitos professores dispensarem o jovem dos próprios exames que deveria prestar.

A capacidade inata dos seres para determinadas áreas é notória, mas quando eles as possuem para muitos ramos, como Leonardo da Vinci, Michelangelo Buonarrotti, Juan Luis Vives, Miguel Cervantes e outros renascentistas, à essa aptidão múltipla e



Faça agora o seu anúncio no Jornal do CFC

INFORMAÇÕES:

Tel: (61) 314-9600 - Fax: (61) 226-6547

comsocial@cfc.org.br

CFC SEDES NOVAS

CRCs inauguram novas sedes em Maceió e Florianópolis

Os Conselhos Regionais de Contabilidade iniciaram o ano de 2002 com sedes próprias. Apenas os CRCs do Acre e Mato Grosso ainda não concluíram a construção de suas sedes, iniciada em 2001.

Em dezembro do ano passado, o então presidente do CFC, José Serafim Abrantes, e o presidente eleito, Alcedino Gomes Barbosa, inauguraram a nova sede do CRC de Alagoas. Mais de 400 pessoas participaram do evento, que teve discurso do presidente Alcedino Barbosa.

Presentes à inauguração, o auditor-geral do estado, Contador Saulo Cruz Buarque Cavalcante, que representou o governador do estado; o secretário-adjunto de Finanças de Maceió, Francisco Beltrão, que representou o prefeito da capital; o auditor Plínio Alves Feitosa Filho, representante da Receita Federal; o presidente da Junta Comercial do Estado de Alagoas, Sílvio Rogério Dias Camelo; e o presidente da Federação do Comércio do Estado, José Roberval Cabral Silva Gomes.

PRESENCAS

Também estiveram presentes em Maceió os vice-presidentes do CFC da gestão anterior, José Martonio Alves Coelho (reeleito para o cargo),

Daniel Salgueiro da Silva e os conselheiros Paulo Viana, Marta Arakaki e Mauro Manoel Nóbrega; dos outros estados, participaram o presidente do CRCSC, Juarez Domingues Carneiro; a então presidente do CRCMA, Eulália das Neves Ferreira; e a presidente do CRCRN, Jucileide Ferreira Leitão.

FESTA EM FLORIANÓPOLIS

Também em dezembro, o Contador Alcedino Gomes Barbosa inaugurou a nova sede do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina.

Mais de 300 pessoas participaram do evento, que teve a presença do vice-governador do estado, Paulo Bauer; do prefeito de São José, Dario Berger; do vice-presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho; do vice-presidente de Administração do Conselho Federal de Conta-



O presidente do CRCSC, Juarez Domingues Carneiro, inaugura a nova sede do Regional



O presidente Alcedino Gomes Barbosa inaugura novo prédio do CRCAL

bilidade, Sérgio Faraco; do presidente do CRCSC, Juarez Domingues Carneiro; e de Contabilistas representantes de vários estados brasileiros.

O presidente do CFC, Alcedino Gomes Barbosa, afirmou que “quando se trabalha em equipe, os sonhos se realizam de forma mais rápida. É como disse Fernando Pessoa: ‘um sonho que se sonha só é mais um sonho que se sonha só’. Santa Catarina está de parabéns, porque a nova sede é um sonho que se tornou realidade graças à união de uma diretoria e da classe contábil”. Durante a

inauguração, foi lançada a nova revista de Contabilidade de Santa Catarina, a “CRCSC & Você”.

NOVAS SEDES

A construção das novas sedes para os Conselhos Regionais de Contabilidade faz parte do projeto do CFC de dar melhores condições de trabalho aos funcionários do Sistema CFC/CRCs.

O Conselho Federal de Contabilidade está ajudando os Conselhos Regionais ou contribuindo com a construção ou com a compra de imóveis.

Com as novas sedes, os Conselhos Regionais ganham autonomia para trabalhar com mais tranquilidade e dedicação.

CFC DEBATE

China vai sediar Congresso Mundial de Contadores pela primeira vez



A cidade chinesa de Hong Kong vai sediar o XVI Congresso Mundial de Contadores/2002. O encontro será promovido pela Sociedade de Contadores de Hong Kong. Esta é a primeira vez que o encontro é realizado em território chinês, onde empresários e Contadores de diferentes partes do mundo poderão trocar idéias sobre as áreas de interesse internacional e nacional. O

Congresso ganha importância com a iminente entrada da China na Organização Mundial do Comércio. O Congresso será realizado entre 18 e 21 de novembro e está sendo organizado pela IFAC, que possui 153 organismos-membros em 113 países, representando mais de 2 milhões de Contadores do mundo inteiro. O tema geral do Congresso será “A Economia Baseada no Conhecimento e o Contador”. O programa técnico consistirá de sessões plenárias e seminários

simultâneos, com assuntos direcionados ao tema do Congresso. Maiores informações sobre o Congresso Mundial de Contadores podem ser obtidas no endereço eletrônico <http://www.wcoa2002.com>.

Em fevereiro deste ano, os Contabilistas poderão participar do encontro que vai comemorar os 50 anos de fundação do Colégio de Contadores Privados de Costa Rica.

O evento será realizado entre os dias

25 e 28, na capital San José.

Nos dias 8 e 9 de março, na cidade de Búzios (RJ), será realizado o II Encontro Sul/Sudeste da Mulher Contabilista.

E, no dia 9 de março, mais duas cidades brasileiras promovem encontros contábeis. Em Fortaleza (CE), acontecerá o II Seminário de Contabilidade Pública do Estado do Ceará; em Boa Vista (RR), o Seminário sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

CFC JUSTIÇA GARANTE FISCALIZAÇÃO

O Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco ganhou, na Justiça Federal, o direito de ter acesso a documentos de uma empresa que havia proibido a entrada dos fiscais do CRC em suas instalações.

A empresa, que não permitiu a entrada dos fiscais do CRCPE em sua sede, em Recife, recorreu à Justiça para não deixar que os documentos contábeis

fossem fiscalizados.

O Conselho Regional não desistiu de suas obrigações e reivindicou uma liminar na 5ª Vara Federal de Justiça do Estado de Pernambuco.

A Vara Federal concedeu liminar ao Conselho Regional, determinando que seus fiscais investigassem documentos e livros contábeis da empresa, sob a pena de multa diária de R\$ 1 mil.

CFC PROTESTO CONTRA MEDIDA PROVISÓRIA

O CFC contesta o artigo 3º da Medida Provisória nº 2.229, de 6/9/01, que permite ao leigo em Contabilidade ingressar na carreira de Analista de Finanças e Controle e Analista de Planejamento e Orçamento.

Segundo o assessor jurídico do CFC, Pedro Miranda, “tais cargos só podem ser exercidos por pessoas que receberam, na área educacional, o

conhecimento de natureza contábil e, conseqüentemente, obtiveram o registro profissional nos CRCs”.

Pedro Miranda lembra que é a administração pública o setor onde se encontra a maior incidência desses casos.

A grande maioria dos concursos públicos para analistas, abertos no ano passado, não exige conhecimento contábil.

CFC ELEIÇÕES

Conselheiros e nova diretoria do CFC tomam posse dia 20 no Memorial JK

Os conselheiros e a nova diretoria do Conselho Federal de Contabilidade tomam posse, oficialmente, no dia 20 de fevereiro. A solenidade será realizada no Memorial JK, situado no Eixo Monumental Lado Oeste, Praça do Cruzeiro, em Brasília.

Os conselheiros eleitos em novembro

de 2001 assumiram os seus cargos em reunião extraordinária do CFC, realizada no dia 4 de janeiro deste ano. Na mesma sessão, foram eleitos os novos membros da Diretoria e das Câmaras do CFC. A chapa vencedora da eleição obteve os votos dos 15 conselheiros eleitos em 2001 (ver tabela ao lado).

PLENÁRIO DO CFC



Contador Alcedino Gomes Barbosa



Contador Antônio Carlos Dóro



Téc. Cont. Bernardo Rodrigues de Souza



Contador Dorgival Benjoi da Silva



Contador Irineu De Mula



Contador José Justino Perini Colledan



Contador José Martonio Alves Coelho



Téc. Cont. Mauro Manoel Nóbrega



Téc. Cont. Miguel Ângelo Martins Lara



Téc. Cont. Paulo Viana Nunes



Contador Raimundo Neto de Carvalho



Contador Sudário de Aguiar Cunha



Contador Sergio Faraco



Téc. Cont. Waldemar Ponte Dura



Contador Washington Maia Fernandes

CHAPA VENCEDORA

Na sessão extraordinária, o voto foi exercido de forma secreta pelos 15 conselheiros do Conselho Federal de Contabilidade. Por unanimidade, a chapa encabeçada pelo Contador Alcedino Gomes Barbosa foi declarada vencedora.

Diretoria

Contador Alcedino Gomes Barbosa – Presidente
 Contador Sergio Faraco – Vice-Presidente de Administração
 Contador José Martonio Alves Coelho – Vice - Presidente Operacional
 Contador Raimundo Neto de Carvalho – Vice - Presidente de Controle Interno
 Contador Dorgival Benjoi da Silva – Vice - Presidente de Registro e Fiscalização
 Contador Irineu De Mula – Vice-Presidente Técnico

Câmara de Registro e Fiscalização

Contador Dorgival Benjoi da Silva – Coordenador
 Contador José Justino Perini Colledan
 Contador Sudário de Aguiar Cunha
 Contador Antônio Carlos Dóro
 Téc. em Contabilidade Miguel Ângelo Martins Lara
 Téc. em Contabilidade Paulo Viana Nunes
 Téc. em Contabilidade Waldemar Ponte Dura

Câmara de Ética

Contador Sudário de Aguiar Cunha – Coordenador
 Contador José Justino Perini Colledan
 Téc. em Contabilidade Waldemar Ponte Dura
 Téc. em Contabilidade Miguel Ângelo Martins Lara
 Téc. em Contabilidade Paulo Viana Nunes

Câmara de Controle Interno

Efetivos

Contador Raimundo Neto de Carvalho – Coordenador
 Contador Washington Maia Fernandes
 Téc. em Contabilidade Bernardo Rodrigues de Souza

Suplentes

Contador Antônio Carlos Dóro
 Téc. em Contabilidade Mauro Manoel Nóbrega

Câmara Técnica

Contador Irineu De Mula – Coordenador
 Contador Antônio Carlos Dóro
 Téc. em Contabilidade Mauro Manoel Nóbrega

Representante dos Téc. em Contabilidade no Conselho Diretor

Téc. em Contabilidade Paulo Viana Nunes

Em seguida, o presidente da sessão transferiu a presidência do CFC ao Contador Alcedino Gomes Barbosa.

Em seu discurso de posse, o novo presidente do CFC agradeceu o apoio recebido dos colegas e prometeu lutar pelo engrandecimento da Classe Contábil.

PRESIDENTES DOS CONSELHOS REGIONAIS

Nas eleições para as novas diretorias dos Conselhos Regionais de Contabilidade, seis presidentes vão cumprir o segundo mandato consecutivo. Nos outros 21 CRCs houve renovação das diretorias. Veja, abaixo, os nomes dos Contadores que irão exercer as presidências dos CRCs até dez/2003:

CRC Alagoas	Rivoldo Costa Sarmiento	CRC Paraná	Nelson Zafra
CRC Amapá	Maria Angélica Corte Pimentel	CRC Pará	João de Oliveira e Silva
CRC Acre	Marcelo do Nascimento França	CRC Pernambuco	Genival Ferreira da Silva
CRC Amazonas	José Corrêa de Menezes	CRC Piauí	José Raulino Castelo Branco Filho
CRC Bahia	Hélio Barreto Jorge	CRC Rio Grande do Norte	Jucileide Ferreira Leitão
CRC Ceará	Amândio Ferreira dos Santos	CRC Rio Grande do Sul	Enory Luiz Spinelli
CRC Distrito Federal	José Tarcílio Carvalho do Nascimento	CRC Rio de Janeiro	Nelson Monteiro da Rocha
CRC Espírito Santo	José Américo Bourguignon	CRC Rondônia	João Altair Caetano dos Santos
CRC Goiás	Alexandre Francisco e Silva	CRC Roraima	Francisco Fernandes de Oliveira
CRC Maranhão	José Wagner Rabelo Mesquita	CRC Santa Catarina	Juarez Domingues Carneiro
CRC Mato Grosso	Silvia Mara Leite Cavalcante	CRC São Paulo	Pedro Ernesto Fabri
CRC Mato Grosso do Sul	Odácio Pereira Moreira	CRC Sergipe	Carlos Henrique Menezes Lima
CRC Minas Gerais	José Francisco Alves	CRC Tocantins	Sebastião Célio Costa Castro
CRC Paraíba	José Edinaldo de Lima		

CFC CALENDÁRIO

Em fevereiro, CFC reúne presidentes, vice-presidentes e diretores dos CRCs em Brasília

O calendário de atividades do CFC deste ano de 2002 já foi aprovado e tem como destaque o mês de fevereiro. No dia 19, em Brasília, será realizado o Seminário para Dirigentes do Sistema CFC/CRCs (presidentes, vice-presidentes de Registro e Fiscalização, Controle Interno, Administração e diretores dos CRCs). O Seminário será realizado no auditório do CFC, das 9 às 18 horas.

Nesse mesmo dia, a partir das 17 horas, no 5º andar do prédio, será realizado o Seminário de Registro e Fiscalização. No mesmo horário, no plenário, acontece a Reunião de presidentes do Sistema CFC/CRCs, com a presença de diretores executivos dos CRCs. Às 18h30min, no auditório do CFC, realiza-se a solenidade de posse da nova diretoria da Fundação Brasileira de Contabilidade e a entrega do diploma, por serviços relevantes prestados à Classe Contábil, para os conselheiros do CFC que encerraram seus mandatos em 31/12/2001.

No dia 20, estão previstas as seguintes atividades:

1 - Entre 9 e 16 horas, no 5º andar, Seminário de Registro e Fiscalização;

2 - Entre 9 e 16h, no auditório, Seminário de Controle Interno e de Administração;

3 - Entre 9 e 13h, Reunião de Presidentes do Sistema CFC/CRCs, com a presença de diretores executivos dos CRCs;

4 - Das 13 às 13h30min, no gabinete do presidente, Reunião do FIDES;

5 - Das 13h30min às 16h, no plenário, Reunião de Diretores;

6 - No 9º andar, entre 13h30min e 16h, Reunião dos Presidentes da Região

Nordeste;

7 - No 5º andar, entre 13h30min e 16h, Reunião dos Presidentes das Regiões Norte e Centro-Oeste;

8 - No 7º andar, entre 13h30min e 16h, Reunião dos Presidentes das Regiões Sul e Sudeste;

9 - No gabinete, das 15 às 16h, Reunião com as Entidades Contábeis;

10 - Às 20 horas, no auditório do Memorial JK, solenidade de posse da nova diretoria do CFC;

11 - Entre 9 e 18 horas, Reuniões de Câmaras do CFC.

No dia 21, está prevista a continuidade das Reuniões de Câmara, entre 9 e 12h.

A Reunião do Conselho Diretor será realizada no dia 21, entre 10 e 12 horas. Também haverá a Reunião Plenária, a partir das 12 horas. No dia 22, a Reunião Plenária começa às 9 e termina às 12 horas.

Também consta do programa uma palestra de um presidente de CRC, que deverá apresentar um modelo de gestão de



O presidente do CFC presidirá o Seminário e a Reunião dos dias 19, 20 e 21

sucesso. Deste modo, será mostrada no Seminário uma parte prática sobre o funcionamento dos Conselhos Regionais.

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

Mês	Dia	Horário	Atividade	Local
Fevereiro	19	9h às 17h	Seminário para Dirigentes do Sistema CFC/CRCs	Auditório CFC
	19	17h às 18h	Seminário de Registro e Fiscalização	5º andar
	19	17h às 18h	Seminário de Controle Interno e de Administração	5º andar
	19	17h às 18h	Reunião de Presidentes do Sistema CFC/CRCs	Plenário
	19	18h30	Solenidade de Posse da nova Diretoria da Fundação Brasileira de Contabilidade e entrega do Diploma por serviços prestados à Classe Contábil para os Conselheiros do CFC	Auditório CFC
	20	9h às 16h	Seminário de Registro e Fiscalização	5º andar
	20	9h às 16h	Seminário de Controle Interno e de Administração	Auditório CFC
	20	9h às 16h	Reunião de Presidentes do Sistema CFC/CRCs com a presença dos Diretores Executivos dos CRCs	Plenário
	20	13h às 13h30	Reunião do FIDES	Gabinete
	20	13h30 às 16h	Reunião de Diretores	Plenário
	20	13h30 às 16h	Reunião dos Presidentes da Região Nordeste	9º andar
	20	13h30 às 16h	Reunião dos Presidentes das Regiões Norte e Centro-Oeste	5º andar
	20	13h30 às 16h	Reunião dos Presidentes das Regiões Sul e Sudeste	7º andar
	20	15h às 16h	Reunião com as Entidades Contábeis	Gabinete
	20	20h	Solenidade de Posse da nova Diretoria do CFC	Auditório do Memorial JK
	20	9h às 18h	Reuniões de Câmaras do CFC	Respectivas salas
	21	9h às 12h	Continuação das Reuniões de Câmaras	Respectivas salas
	21	10h às 12h	Reunião do Conselho Diretor	Gabinete
	21	12h às 18h	Reunião Plenária	Plenário
	22	9h às 12h	Continuação da Reunião Plenária	Plenário

FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

A nova diretoria da Fundação Brasileira de Contabilidade foi eleita no dia 13 de dezembro. Os eleitos têm mandato de quatro anos podendo ser reeleitos por igual período, exceção feita aos membros do Conselho Consultivo, que têm mandato de dois anos, também com direito à reeleição.

1. Conselho Curador

Presidente

Victor Domingos Galloro

Vice-Presidente

Mário Ney Corrêa Anastácio

Membros

Ceciane Portela Sousa

Diva Maria de Oliveira Gesualdi

Gináira Lene de Amorim

Jadson Gonçalves Ricarte

Maurício Fernando Cunha Smijntink

2. Diretoria

Presidente da FBC

Maria Clara Cavalcante Bugarim

Diretor Executivo e de Operações

Adeildo Osório de Oliveira

Diretor Administrativo e Financeiro

José Antônio de França

Dir. de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

Olivio Koliver

3. Conselho Fiscal – Membros Efetivos

Presidente

Adonaldo Souza Silva

Membros

Luiz Guimarães de Melo

Magda Bez

4. Conselho Fiscal

Membros Suplentes

Antônio Augusto de Sá Colares

João de Oliveira e Silva

Jônathas Santos Almeida de Carvalho

5. Conselho Consultivo

Membros Natos

Presidente do Conselho Federal de Contabilidade

Alcedino Gomes Barbosa

Presidente do Instituto dos Auditores Independentes do

Brasil - Ibracon Nacional

Márcio Martins Villas

Presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas – Fenacon

Pedro Coelho Neto

Membros

Antônio Carlos Nasi

Antônio Lopes de Sá

Antoninho Marmo Trevisan

Eliseu Martins

João Bacchi

Marta Maria Ferreira Arakaki

CFC ENTREVISTA - PEDRO COELHO NETO**O congelamento da nova tabela do IR vai fazer o contribuinte pagar ainda mais imposto**

“Por que o Governo não renegocia os juros extorsivos que estão minando a economia do povo e empobrecendo o nosso País?”

O governo federal decidiu vetar o projeto aprovado pelo Congresso Nacional, que reajustava em 17,5% a nova tabela do Imposto de Renda já a partir deste ano. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, anunciaram que a tabela só será implantada a partir de 2003 por meio de uma Medida Provisória. O texto desta MP deverá destacar que a correção da tabela só entra em vigor para as declarações entregues no ano que vem, isto é, sobre os rendimentos do ano fiscal de 2002.

De acordo com o ministro Malan, o veto integral do projeto de lei pelo presidente Fernando Henrique Cardoso aconteceu porque foram “detectadas falhas no texto”. O secretário Maciel disse que o texto do projeto aprovado no Congresso era “ambíguo” e poderia causar problemas jurídicos. Maciel afirmou que a correção “não poderia ser retroativa”.

Na segunda quinzena de janeiro, os líderes dos partidos políticos que apóiam o governo ameaçaram rejeitar os vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso ao projeto aprovado pelo Congresso.

Esta situação só será definida no início de janeiro.

Mas tem muita gente que não concorda nem com a nova tática do governo, de implantar a tabela a partir de 2003, e nem com os argumentos de Malan e Maciel. O presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Informações e Pesquisas (Fenacon), Pedro Coelho Neto, acha que o contribuinte foi mais uma vez “garfado” pelo governo federal. E tem mais: Pedro Coelho garante que, com a postergação da tabela, o contribuinte vai pagar ainda mais imposto neste ano.

Foi sobre este assunto que o presidente da Fenacon conversou com o **Jornal do CFC**:

Jornal do CFC – O Governo decidiu que só vai implantar a nova tabela, aprovada pelo Congresso, a partir de 2003. Qual o significado disto para o contribuinte, e qual o significado político da medida?

PCN – O contribuinte, mais uma vez, foi “garfado”, pois terá que recolher o Imposto de Renda relativo ao exercício de 2002, ano base 2001, de acordo com a tabela antiga, sem qualquer reajuste há cinco anos, apesar de sabermos que existe inflação

reconhecida pelo próprio Governo. Politicamente, foi muito ruim para o Governo vetar o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e enviar Medida Provisória que, além de postergar a atualização da tabela para

tributo disfarçado, pois se a tabela fosse corrigida, estando os salários congelados como estão, o contribuinte assalariado pagaria menos imposto. O fato de o Governo empurrar a correção para 2003 fez com que ele tirasse da

renda implica despesa extra e que, por isso, tem que estar acompanhado de aumento de tributo. Ora, e as receitas oriundas da não-correção da tabela, que rumo tomaram? Certamente, foram utilizadas para pagar juros e rolar dívidas. Muito bem, por que o Governo não procura renegociar esses juros extorsivos que estão minando diuturnamente a economia das empresas e do povo e empobrecendo o nosso País? Em síntese, quando é para beneficiar o contribuinte, sempre se encontra uma fórmula de protelar um erro ou coisa parecida. O importante, pelo que se vê, é não abrir a guarda, pois a fila de pedintes pode aumentar. É puro sadismo.

Jornal do CFC – Na sua opinião, qual seria um modelo justo de sistema tributário que poderia fazer justiça ao cidadão e colaborar para o crescimento do País?

PCN – Defendemos uma reforma tributária que permita aumentar a base de contribuintes, reduzir a carga tributária e que reduza a burocracia, diminuindo o chamado Custo-Brasil. A esperança é que, a partir daí, o Governo passe a jogar limpo, sem mudar as regras em pleno jogo, obrigando os contribuintes a optarem pelo “jogo desleal” que se traduz em evasão quando se trata de recolher tributos. Só assim as empresas terão condições de se desenvolver e de acumular riquezas que se traduzirão em novos empregos e melhor vida para o povo.

Jornal do CFC – Por que o Governo federal não quis modificar o sistema tributário, apesar de o Congresso ter elaborado um projeto neste sentido por meio da Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados?

PCN – Simplesmente, porque correria o risco de reduzir a arrecadação, que tem sido crescente, já aproximando-se de 34% do PIB, o que é uma monstruosidade para um País que deixa a desejar na prestação de serviços ao povo. Faltam educação, habitação, segurança, saúde e abundam miséria, violência, fome, doenças, corrupção, injustiça e tudo mais. Algo está errado e tem que mudar antes que seja tarde.

Jornal do CFC – O que o senhor acha da proposta de imposto único apresentada pelo deputado Marcos Cintra?

PCN – A proposta de imposto único tem sido combatida por muitos tributaristas. Certamente, parece ser



2003, aumentou a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido das empresas de serviços que pagam o imposto de renda com base em lucro presumido.

Jornal do CFC – O senhor concorda com o raciocínio de que sem a correção da tabela, na prática, o governo aumentou a taxa sobre os contribuintes ano a ano? É verdade que jogando a correção para 2003, o imposto mensal sobre a renda fica ainda maior?

PCN – É evidente que o congelamento da tabela implica pagamento de mais imposto. É um

boca dos contribuintes o equivalente à correção de 2001, aumentando, assim, a garfada que já não é pequena, considerando-se que 17,5% é apenas uma pequena parte do que deixou de ser corrigido.

“O contribuinte foi garfado de novo. O congelamento da tabela implica pagamento de mais imposto. É mais um tributo disfarçado”.

Jornal do CFC – O senhor vê falhas no projeto aprovado pelo Congresso? O ministro Malan disse que o projeto estava repleto de falhas. O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, disse que o projeto era ambíguo e poderia causar problemas jurídicos.

PCN – O Governo tem alegado que a correção da tabela do imposto de

algo muito simples e a solução imediata para os problemas de arrecadação, mas sabe-se que o tributo tem várias finalidades e que, por isso, ele é complexo. Francamente, acho muito difícil a adoção do imposto único para um regime federativo como o que temos no Brasil.

Jornal do CFC – Segundo a Receita, a contribuição das pessoas físicas, no ano passado, aumentou 0,38%, enquanto a das empresas baixou 13,02%. As entidades financeiras pagaram menos imposto de renda ainda. Apesar do lucro líquido recorde registrado pelos bancos, o recolhimento de IR deles caiu 31,89% em 2001. Como o senhor explica isto?

PCN – Para as pessoas físicas pagarem mais impostos com aumento de desemprego e com recessão, só tem uma explicação, inclusive já comentada: o desumano congelamento da tabela do imposto de renda. Já as empresas,

coitadas, estão no limite. Os lucros, quando existentes, estão cada vez menores por conta dos custos crescentes e da alta tributação, sem falar nos altos juros praticados no nosso País. O fato de os bancos apresentarem lucros crescentes e pagarem menos imposto de renda realmente merece um estudo mais aprofundado para que se possa emitir uma opinião, pois existem detalhes técnicos que teriam de ser analisados. De qualquer forma, é difícil de entender.

Jornal do CFC – Qual o motivo que impede as micro e pequenas empresas de optarem pelo Simples? Isto não é injusto? A quem interessa ver tanta gente de fora de um sistema que pode até ser

considerado justo? É porque diminuiria a arrecadação da Receita?

PCN – A maioria das micro empresas prestadoras de serviços não têm acesso ao Simples, que é um mecanismo interessante de cobrança simplificada dos tributos federais, até porque

reduz a carga tributária, por conta do art. 9º da Lei nº 9.317/96, que as excluiu injustamente desse direito, ferindo, claramente, a Constituição Federal. Acho que não é uma questão de interesse, mas sim de falta de humildade dos técnicos do Governo que não

admitem conversar, negociar, encontrar caminhos para a solução do impasse. Essa, sem dúvida, é a saída. Hoje já não se aceita o “enfiar goela abaixo”.

Acreditamos que a redução da base de cálculo poderá aumentar a

arrecadação, como, aliás, tem acontecido com relação às empresas comerciais que puderam optar pelo Simples.

Jornal do CFC – O senhor não acha que os Governos deveriam ser mais transparentes em relação à aplicação dos fundos destinados a programas sociais?

PCN – Claro, deveriam ser mais transparentes como também mais decididos. Se o Governo quer ajudar as crianças, por que exigir uma opção do contribuinte em vez de destinar os recursos para as instituições de cada estado ou município. O mecanismo adotado é burocracia pura e termina consumindo a maior parte dos recursos que deveriam ser aplicados no objeto-fim. Ademais, transparência é o mínimo que se espera de um governo que se diz sério. Os que estão no poder têm que entender que nós, o povo, é que os colocamos lá. Portanto, tudo nos devem, inclusive satisfação.

“Transparência é o mínimo que se espera de um Governo que se diz sério. Os que estão no poder devem entender que fomos nós, o povo, que os colocamos lá”.

COMO FICA SEU IR COM A CORREÇÃO DE 17,5%

EmR\$

Renda líquida mensal	Desconto pela tabela atual	Desconto pela tabela nova	Ganho mensal
900	Isento	Isento	–
1.200	45	21,30	23,70
1.500	90	66,30	23,70
1.800	135	111,30	23,70
2.000	190	141,30	48,70
2.600	355	291,80	63,20
3.000	465	401,80	63,20
4.000	740	676,80	63,20
5.000	1.015	951,80	63,20
6.000	1.290	1.226,80	63,20
7.000	1.565	1.501,80	63,20
8.000	1.840	1.776,80	63,20
9.000	2.115	2.051,80	63,20
10.000	2.390	2.326,80	63,20
12.000	2.940	2.876,80	63,20
15.000	3.765	3.701,80	63,20
20.000	5.140	5.076,80	63,20

MORDIDA MENOR

Entenda as consequências da correção da tabela do IR sobre o salário

Se você ganha	Paga em imposto
R\$ 1.057,00 por mês	R\$ 23 por mês
R\$ 2.000,00 por mês	R\$ 190,00 por mês
R\$ 5.000,00 por mês	R\$ 1.015,00 por mês
R\$ 8.000,00 por mês	R\$ 1.840,00 por mês

Com a tabela corrigida em 17,5% pagará	A redução é de
zero	100%
R\$ 141,38 por mês	25,6%
R\$ 952,01 por mês	6,20%
R\$ 1.777,01 por mês	3,42%

Obs: O cálculo simula o Imposto de Renda cobrado sobre a renda de um contribuinte, desconsiderando o desconto-padrão e as deduções permitidas por lei.

CFC CRISE ARGENTINA

Pacote valoriza o dólar em 40%; dívidas serão transformadas em pesos

A Argentina acabou com quase 11 anos da paridade entre o dólar e o peso. Confira, abaixo, as principais medidas do novo pacote argentino:

CÂMBIO DUPLO

O governo adotou um regime de câmbio duplo, que terá duas cotações – uma oficial fixa e outra feita livremente por meio das negociações no mercado – como acontece hoje no Brasil.

CÂMBIO OFICIAL

A taxa oficial será usada em contratos de exportação e para

importações de artigos de primeira necessidade, como remédios. Um dólar custará 1,40 peso, ou seja, teve uma valorização de 40%. Fazendo a conta inversa, os argentinos precisarão agora de 28,57% mais pesos para comprar um dólar.

CÂMBIO LIVRE

O câmbio livre será válido para todas as outras transações. A taxa será definida pelo movimento de entradas e saídas de moeda estrangeira no país e operações do mercado financeiro derivadas dessa expectativa, o que é

vulgarmente chamado de especulação. O BC não intervirá na venda de dólares nesta flutuação.

PESIFICAÇÃO DAS DÍVIDAS

Haverá a pesificação – a transformação em peso – de dívidas de até US\$ 100 mil contraídas para a compra da casa própria, para empréstimos pessoais ou em créditos para as pequenas empresas. O débito que exceder esse montante permanecerá em dólar. Por exemplo, uma dívida de US\$ 140 mil se converterá em 100 mil pesos e US\$ 40 mil.

Contratos – Os aluguéis e os contratos privados serão convertidos em pesos por um período de 180 dias. Após este prazo, deverão ser renegociados.

Cartão de crédito – As compras com cartões de crédito realizadas dentro do país serão convertidas em pesos. As compras feitas fora da Argentina serão mantidas na moeda em que foram contraídas.

Tarifas – Todas as tarifas públicas, inclusive contas de telefones fixos e celulares, passarão a ser cobradas em peso. A indexação está proibida.

CFC NOTÍCIAS CONTÁBEIS

COMUNICADO DA BOVESPA

A Bolsa de Valores de São Paulo avisa que, em relação à medida provisória que deverá alterar a alíquota do Imposto de Renda (IR) sobre o ganho com ações, a mudança será de 10% para 20% sobre ganhos de renda variável, seja na venda de ações ou por meio dos resgates de fundos de ações.

Segundo a Bovespa, em relação aos fundos de ações e clube de investimentos, a alíquota de 20% será aplicada somente em relação ao valor que exceder a cota de fechamento do fundo ou do clube no último dia útil do ano-calendário. Já em relação às ações negociadas em bolsas de valores, será permitido ao contribuinte que efetue o recolhimento espontâneo do Imposto de Renda até o último dia útil de janeiro de 2002 sobre os ganhos auferidos até o final do ano, sem necessidade de alienar as ações.

PASEP OBRIGATÓRIO

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça considerou obrigatória aos municípios a contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Em julgamento de recurso da Fazenda Nacional, a relatora, ministra Eliana Calmon, disse que a lei e o princípio da universalidade que regem as contribuições previdenciárias tornam o custeamento do Pasep "irrecusável" aos municípios.

A Constituição destina a receita do Pasep ao Programa do Seguro-Desemprego e ao pagamento de abono anual aos servidores públicos que recebem até dois salários mínimos mensais. Com a Lei nº 7.998, de 1990, as contribuições ao Pasep passaram a ser gerenciadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), responsável, desde então, pelo custeio dos dois programas.

ADIN CONTRA IR

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) ajuizou, no Supremo Tribunal Federal, Ação Direta de

Inconstitucionalidade contra artigo da Medida Provisória nº 2.158/01 e contra o parágrafo 2º do artigo 43 do Código Tributário Nacional, acrescentado pela Lei Complementar nº 104/00.

Segundo a CNI, esses dispositivos legais determinam a cobrança de imposto de renda de "empresas controladas ou coligadas" no exterior sobre seu lucro líquido, ainda que esses valores não sejam disponibilizados para a empresa controladora ou coligada no Brasil.

Alega a entidade que, para se encaixar no conceito de "renda", o lucro deveria estar disponível, e por isso seria inconstitucional a obrigação de pagar o tributo em questão.

LIMITE PARA DESPESAS MÉDICAS

A dedução de despesas médicas de pessoas físicas no Imposto de Renda pode ser limitada. É o que propõe o substitutivo do deputado Orlando Fantazzini (PT-SP) ao Projeto de Lei nº 2.407/1996, do deputado Eduardo Jorge (PT-SP), já aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara.

A proposta, que altera a Lei nº 9.250/95, determina que os pagamentos efetuados a profissionais de saúde sejam deduzidos até o limite de R\$ 4.800,00. Entre esses serviços, estão incluídas as consultas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, assim como o pagamento efetuado a hospitais ou despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias.

O objetivo da medida é valorizar o Sistema Único de Saúde e reduzir as injustiças sociais do atual critério de deduções de despesas com saúde.

INVESTIGAÇÕES DA RECEITA

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, informou que durante o ano de 2001 houve 7 mil processos de investigação, resultado do cruzamento dos dados da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) com o Imposto de Renda. Deste total, 1.160 ações fiscais foram

finalizadas e estão na justiça. Destas, 703 são pessoas físicas e 458, pessoas jurídicas, que movimentaram R\$ 172 bilhões em 1998. Trezentos e cinquenta contribuintes já foram representados criminalmente.

De acordo com Maciel, esses números demonstram o quanto a lei que permite o cruzamento, sancionada em janeiro de 2001, pode ser útil na punição dos sonegadores. A Receita Federal já recuperou R\$ 587 milhões em créditos tributários, após entrar com ações fiscais por crime contra a ordem tributária.

LISTA NEGRA DO REFIS

A "lista negra" das empresas que vão ser excluídas do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) por terem atrasado o pagamento das contribuições correntes ao INSS (valor devido ao Instituto, mensalmente, independentemente das parcelas negociadas pelo Refis) já foi enviada ao Comitê Gestor do Refis para ser publicada no Diário Oficial. Na relação, constam 27 mil empresas.

REDUÇÃO DE IMPOSTO

O comitê de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex) reduziu o imposto de importação de cerca de 180 produtos nas áreas de informática, telecomunicações e bens de capital de 14,5% – tarifa externa cobrada pelos integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul) – para 4%. O objetivo é dar condições para a indústria nacional se modernizar.

De acordo com o secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior, Roberto Giannetti da Fonseca, há agora 1,8 mil produtos que podem ser importados com alíquota de imposto mais baixa.

Toda a lista será republicada nos próximos dias para se adaptar às normas da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

E o presidente do Gecex, Sérgio Amaral, também ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informou que foi prorrogada a decisão que isentou de impostos a

importação de medicamentos.

A medida ajuda a reduzir os preços dos remédios cobrados do consumidor.

CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES

Todas as empresas que possuem funções que, conforme indicação do Código Brasileiro de Ocupação, demandam formação profissional, serão obrigadas a contratar aprendizes em percentual mínimo de 5% e máximo de 15%. A obrigatoriedade não atinge as pequenas empresas vinculadas ao Sistema Simples de Tributação.

Portaria nesse sentido foi assinada pelo ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles, que disse acreditar que essas empresas poderão contratar de 650 mil a 2 milhões de jovens entre 14 e 18 anos, como aprendizes, até o final deste ano.

FIM DA BUROCRACIA

O Senado Federal aprovou projeto de lei que isenta o cidadão de apresentar documentos que comprovem empregos e salários de períodos trabalhados de julho de 1994 até agora, na hora de pedir aposentadoria ou qualquer outro benefício do INSS. Assim, a partir de janeiro de 2002, encerra a burocracia que durou décadas. A comprovação dos vínculos de empregos e salários ficará por conta da própria Previdência Social, que buscará esses dados do trabalhador em seu próprio sistema, o Cadastro Nacional de Informações (CNIS). É a inversão do ônus da prova.

As informações armazenadas neste Cadastro estão disponíveis para consulta por qualquer trabalhador no site da Previdência, www.previdenciasocial.gov.br. Basta clicar em "PREVCidadão".

ERRAMOS

Na edição passada, foi publicado, de forma incompleta, o Demonstrativo de Receita e Despesa do CFC no período de 1998 a 2001. A versão correta do demonstrativo está publicada na página 11 desta edição.

Mais de 13 mil empresas já experimentaram e aprovaram. Você ainda não?

Você ainda não conhece??? A Linha Contábil Mastermaq é mais que um conjunto de sistemas integrados. Ela é um verdadeiro pacote de soluções para a automatização dos serviços da sua empresa e otimização do seu trabalho:

MasterPlus Windows • MasterFolha • MasterTributos
MasterFiscal • MasterContábil • MasterAtivo • MasterDocumento

MasterPlus
A ferramenta que complementa a automação da sua empresa contábil.

Controle de Custos de empresas contábeis: saiba quanto custa cada um de seus clientes. Descubra quais clientes geram lucro ou prejuízo para a sua empresa.

Controle de Obrigações: como controlar de forma informatizada todas as obrigações da sua empresa com seus clientes.

Escritório Contábil Virtual: você envia para seus clientes guias, relatórios, diários, balanços... tudo isso via internet, com a agilidade que a sua empresa precisa.

LALUR: totalmente integrado ao IR e DIPJ.

Conheça também nossa Linha Administrativa: MasterFinanceira • MasterEstoque • MasterFaturamento • MasterPDV • MasterPosta • MasterAcesso • MasterAlmoxarifado • MasterCompras

MasterMaq: Um Líder em apenas 9 anos
✓ Mais de 50 mil sistemas implantados ✓ Presente em todo o Brasil

LIÇÃO GRATUITA
0800-786200

MASTERMAQ
Softwares para um novo tempo

www.mastermaq.com.br

CFC PRÊMIO DO CFC

Mais de mil prefeituras já aderiram ao Programa de Gestão Fiscal Responsável

Até o dia 21 de janeiro deste ano, mais de 1100 prefeituras já haviam aderido ao Programa de Gestão Fiscal Responsável lançado pelo Sistema CFC/CRCs em 2001. Os prefeitos que melhor aplicarem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) irão receber o Certificado de Gestão Fiscal Responsável.

Quatro capitais brasileiras estão participando deste Programa: Maceió (AL), Manaus (AM), Curitiba (PR) e Florianópolis (SC). De todos esses municípios que estão concorrendo ao Certificado, 137 têm mais de 50 mil habitantes. A primeira relação dos vencedores será divulgada pelo CFC ainda neste semestre.

Para concorrer ao prêmio, o prefeito precisa autorizar o Conselho a ter acesso aos relatórios contábeis que são encaminhados, periodicamente, aos Tribunais de Contas dos Estados, pelas agências da Caixa Econômica Federal. Com base nesses relatórios e em outras informações, será feito o acompanhamento da gestão de cada prefeito inscrito.

PREMIAÇÃO

O objetivo do conselho é divulgar um ranking anual dos dez melhores prefeitos. Mas aqueles que, mesmo sem conseguir cumprir a LRF

ao pé da letra, apresentarem índices significativos de adequação à LRF, receberão uma menção honrosa denominada "Rumo à Responsabilidade Fiscal". Serão premiados, ainda, os 10 gestores que conseguirem ampliar as receitas de seus municípios sem criar novos tributos (menção honrosa "Campeão de Arrecadação").

O Certificado de Gestão Fiscal Responsável é um esforço do CFC para estimular o cumprimento da LRF. O primeiro trabalho realizado, nesse sentido,



foi o lançamento do Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma obra de referência que mostra, de forma clara, como aplicar a lei. O guia foi distribuído, gratuitamente, para as mais de 5.500 prefeituras brasileiras.

Os interessados em obter um exemplar do Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal podem entrar em contato com o CFC em Brasília, no telefone (61) 314-9600.

Nos estados, os gestores públicos interessados em participar do Programa de Gestão Fiscal Responsável também podem pedir mais informações nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

O Conselho Federal de Contabilidade também treinou, em Brasília, mais de 200 instrutores de todo o País que já estão trabalhando nos seus estados como agentes multiplicadores dos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estados	Municípios participantes
AC	2
AL	5
AM	5
AP	0
BA	53
CE	21
ES	22
GO	39
MA	10
MG	226
MS	19
MT	22
PA	11
PB	27
PE	33
PI	10
PR	106
RJ	28
RN	10
RO	12
RS	172
RR	2
SC	95
SE	9
SP	213
TO	11
TOTAL	1163

CFC TRANSPARÊNCIA

Demonstrativo da Receita e da Despesa do CFC

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DA DESPESA E DA RECEITA REALIZADA (COMPARATIVO 2001/2000/1999/1998)

ESPECIFICAÇÃO					ESPECIFICAÇÃO				
	2001	2000	1999	1998		2001	2000	1999	1998
DESPESAS	12.649.581,99	9.859.141,83	6.921.736,53	6.510.195,49	RECEITAS	15.248.697,20	14.416.153,47	11.622.556,74	8.926.746,47
Despesas Administrativas	12.105.682,10	9.514.953,57	6.687.826,23	6.119.431,18	Receitas Estatutárias	12.341.067,70	11.844.082,70	9.828.392,65	7.620.910,64
Despesa com Pessoal	4.230.514,01	3.561.872,59	2.922.148,07	3.037.388,57	Contribuições	12.341.067,70	11.844.082,70	9.828.392,65	7.620.910,64
Salários e Gratif. por Enc. de Direção	2.156.136,74	2.008.223,65	1.656.174,50	1.700.312,57	Cota Parte	12.341.067,70	11.844.082,70	9.828.392,65	7.620.910,64
Diárias	138.399,40	144.466,90	93.024,96	109.886,40	Receitas de Aplicações	2.425.616,33	1.981.014,39	1.723.786,96	1.270.402,28
Programa de Alimentação - PAT	173.971,08	147.714,47	73.285,24	60.485,71	Receitas de Aplicações Financeiras	2.425.616,33	1.981.014,39	1.723.786,96	1.270.402,28
Plano de Saúde	169.420,04	104.097,68	88.108,46	129.458,87	Outras Receitas	476.119,59	409.081,39	70.377,13	28.668,55
INSS	628.704,48	539.234,45	440.684,39	433.418,27	Outras Receitas Diversas	476.119,59	409.081,39	70.377,13	28.668,55
FGTS	225.435,22	184.570,50	178.407,54	297.481,94	Revista	405.638,31	334.277,42	-	-
Outras Despesas com Pessoal	738.447,05	433.564,94	392.462,98	306.344,81	Juros e Corr. Monet. s/Empréstimos	62.728,40	20.759,90	-	-
Material de Consumo	376.762,47	407.887,80	183.696,27	92.999,77	Outras Receitas Diversas	7.752,88	54.044,07	70.377,13	28.668,55
Despesas Gerais	2.832.476,61	2.378.367,54	1.840.011,42	1.573.191,50	Receitas na Alienação de Bens	5.893,58	181.974,99	-	6.765,00
Prestadores de Serviços	411.054,56	336.272,27	283.988,01	380.516,71	Alienação de Bens Móveis	5.893,58	-	-	6.765,00
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	379.960,97	289.918,90	189.268,92	63.748,36	Veículos	5.893,58	-	-	6.765,00
Serviços de Comunicação em Geral	334.354,65	411.568,09	260.014,85	224.257,25	Alienação de Bens Imóveis	-	181.974,99	-	-
Serv.de Energia Elétrica, Água e Gás	96.354,87	112.959,06	120.231,02	71.537,66	Imóveis	-	181.974,99	-	-
Passagens e Transportes	116.303,15	105.533,98	76.502,59	65.374,52	Edifícios e Salas	-	181.974,99	-	-
Reparos, Adaptações e Conservações	178.696,71	183.090,16	111.644,21	174.181,63	Equilíbrio Orcametério	-	-	-	-
Despesas Bancárias	78.968,03	73.630,95	22.518,58	6.071,61	Superávit Financeiro	-	-	-	-
Realização de Cursos e Eventos	843.591,59	378.302,71	317.032,89	159.897,42	Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Exame de Suficiência	137.262,79	121.126,34	64.585,79	-	SUB-TOTAL RECEITAS.....	15.248.697,20	14.416.153,47	11.622.556,74	8.926.746,47
Outras Despesas Gerais	255.929,29	365.965,08	394.224,56	427.606,34	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	253.473,41	173.331,39	-	158.658,93
Disp. c/ Reuniões e Representações	1.507.253,15	1.021.035,81	963.596,49	895.226,04	Restituição de Empréstimos dos CRC	253.473,41	173.331,26	-	158.658,93
Diárias e Passagens p/Reuniões	863.078,32	628.823,31	601.310,55	617.747,85	Ed. Itanagra 12º andar	-	0,13	-	-
Grupos de Trabalho, Fóruns e Audiências	644.174,83	392.212,50	362.285,94	277.478,19	Depreciação Acumulada	-	-	-	-
Congressos, Seminários e Eventos	945.469,02	678.849,94	556.973,40	354.682,51	SUB-TOTAL OPER. DE CRÉDITO.....	253.473,41	173.331,39	-	158.658,93
Partic. em Congr., Semin. e Ev. Nacionais	672.988,01	572.745,97	310.106,32	315.645,51	TOTAL GERAL.....	15.502.170,61	14.589.484,86	11.622.556,74	9.085.405,40
Participações em Eventos Internacionais	272.481,01	106.103,97	246.867,08	39.037,00					
Serviço de Divulgação	2.213.206,84	1.466.939,89	221.400,58	165.942,79					
Jornal, Rádio e TV	980.400,83	757.643,29	48.054,60	28.062,00					
Confecção da Revista	532.038,65	406.157,65	-	-					
Expedição com Correio	320.099,71	63.473,59	21.267,62	-					
Livretos	306.533,51	172.091,07	63.340,30	103.095,54					
Outros Serviços de Divulgação	74.134,14	67.574,29	88.738,06	34.785,25					
Despesas com Provisões	-	-	-	-					
Contribuições Sociais e Estatutárias	123.410,71	118.400,73	117.805,18	75.247,90					
Auxílios e Subvenções	406.422,93	225.787,53	112.342,77	315.516,41					
Custo de Alienação de Bens	14.066,25	-	3.762,35	-					
SUB-TOTAL DESPESAS	12.649.581,99	9.859.141,83	6.921.736,53	6.510.195,49					
INVESTIMENTOS	2.545.024,05	761.531,90	796.689,17	1.224.568,01					
Bens Móveis	819.478,61	155.452,13	179.253,91	283.647,74					
Ed. CFC (reforma)	269.291,00	-	47.410,00	25.887,60					
Empréstimos p/Construção de Sede dos CRC	1.456.254,44	606.079,77	570.025,26	915.032,67					
SUB-TOTAL INVESTIMENTOS	2.545.024,05	761.531,90	796.689,17	1.224.568,01					
TOTAL GERAL.....	15.194.606,04	10.620.673,73	7.718.425,70	7.734.763,50					

SISTEMA CONTÁBIL BRASILEIRO
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Contador José Serafim Abrantes
Presidente

Jaqueline R. Portela Elmiro
Contadora CRC 9.773/0 - DF

CFC REVISÃO EXTERNA

Comitê inicia reuniões com auditores em São Paulo

A qualidade do controle interno das auditorias independentes de todo o País será administrada, a partir deste ano, por um comitê criado pelo CFC em parceria com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).

A primeira reunião do Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE) vai reunir as empresas de auditoria independente dos estados de São Paulo e do Paraná e será realizada na sede do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, no dia 26 de fevereiro, a partir das 16 horas. Estarão presentes todos os membros do comitê: os Contadores Irineu De Mula, José Antonio de Godoy, Marco Antônio Brandão Simurro e Pedro Lúcio Siqueira Farah.

A Portaria CFC nº 28/01, que criou o CRE, estabelece que um dos objetivos deste trabalho é a necessidade urgente de se fazer uma avaliação dos procedimentos adotados pelos Contadores e firmas de auditoria, buscando alcançar melhor qualidade técnica e eficiência.

CALENDÁRIO DE FEVEREIRO

“A revisão externa de qualidade se constitui em um processo educacional de acompanhamento e de fiscalização e é considerada elemento essencial nos serviços de auditoria independente no âmbito internacional. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) prevê a obrigatoriedade da revisão do controle de

qualidade para os Contadores e firmas independentes”, diz a portaria.

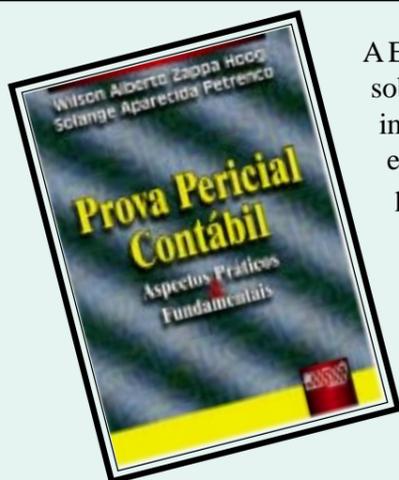
Um ofício circular do CRE já foi expedido a todos os auditores revisados e revisores do País informando sobre a criação do comitê e o calendário das reuniões que serão realizadas em fevereiro. No dia 27 deste mês, o CRE estará no CRCRS, reunido com os auditores dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; nesse mesmo dia, o CRE também estará reunido com auditores dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo na sede do CRCRJ; no dia 28, o comitê reúne-se com auditores do DF, AM, GO, MS, MT, TO e RO na sede do CFC, em Brasília. Ainda no dia 28, a reunião será no CRCPE, com a participação de

auditores dos seguintes estados: AL, BA, CE, PA, PB, PE, PI, RN e SE. Para a primeira reunião, em São Paulo, está prevista a participação de quase 200 auditores.

O coordenador do comitê, Contador José Antonio de Godoy, esclarece aos participantes que, de acordo com a Instrução CVM nº 308/99 e a Norma Brasileira de Contabilidade T 14, editada pelo CFC, todos os auditores, pessoas físicas ou jurídicas, cadastrados na CVM, são obrigados a submeter-se ao Programa de Revisão Externa de Qualidade. As dúvidas dos auditores poderão ser formalizadas ao CRE, que tem sede fixa na Rua Rosa e Silva, 60, Higienópolis, São Paulo, CEP 0123-0909, ou pelo endereço eletrônico crê@cresp.org.br.

CFC LIVROS

A Perícia Contábil em detalhes para profissionais e estudantes



A Editora Juruá acaba de lançar uma obra completa sobre a Perícia Contábil, uma das provas mais importantes do Direito Contábil contemporâneo e que pode fazer a diferença entre ganhar ou perder uma questão na Justiça.

O livro “Prova Pericial Contábil”, de autoria dos peritos Contadores e mestrandos em Direito Wilson Alberto Zappa Hoog e Solange Aparecida Petrenco, subsidia estes conhecimentos nos aspectos práticos e fundamentais. O primeiro foco desta obra é uma dicotomia entre a Ciência do Direito

e a Ciência Contábil.

O segundo foco são os aspectos holísticos da prova pericial, uma seqüência didática dos temas relevantes da prova contábil, ordenado de forma lógica para o uso acadêmico ou não.

O livro aborda temas contemporâneos. “É um verdadeiro tratado sobre a prova no direito contábil, comercial, ambiental e financeiro, fruto de exercícios científicos, desenvolvimento de métodos híbridos de avaliação e compro-

vação científica”, afirmam seus autores. “Este trabalho, que tenho a honra de apresentar, examina com percuciência todos os aspectos da perícia contábil, em acurada abordagem teórico-prática. É uma obra da mais alta qualidade que constituirá, sem dúvida, referencial obrigatório no trato da matéria”, comenta o ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Sydney Zappa.

O livro já está a venda nas principais livrarias do País.








PROMOÇÃO RBC/MASTERMAQ OUTRA VEZ!

A Revista Brasileira de Contabilidade e a Mastermaq convidam você a participar do sorteio de um Fiat Palio 0km, um notebook e um microcomputador. Para concorrer, basta ser assinante da RBC.

Uma classe forte e respeitada nasce de profissionais qualificados e atualizados.



**REVISTA BRASILEIRA DE
CONTABILIDADE**
rbc@cfc.org.br
0800-611946
Central de Atendimento RBC



Mastermaq
Software para um novo tempo



Conselho
Federal de
Contabilidade